

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES COMUTRAN

Aos **27 dias de fevereiro de 2003**, às 19:00h, na Casa da Cidadania, localizada na Rua Souza Franco, nº 474, Centro, Petrópolis, RJ, verificando-se junto ao livro a presença de tantos conselheiros quanto bastem para o quorum necessário para o início dos trabalhos, o Presidente do Conselho, HENRIQUE LUIZ GOMES AHRENDTS deu por iniciados os trabalhos, fazendo a leitura da convocação e pauta da reunião, constante no Diário Oficial do Município de 21 de fevereiro de 2003, que é a seguinte: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Apresentação e discussão da proposta preliminar da CPT de reajuste da tarifa dos transportes coletivos de passageiros. 3) Assuntos gerais. Foi convidado para secretariar a reunião o Sr. Aguinaldo Augusto de Mello Junior, assessor jurídico da CPT. O Presidente do COMUTRAN acusou o recebimento de e-mail da ASTAPE informando que, em face de outros compromissos já agendados para a presente data, tanto o Conselheiro Sidnei Ramires Cardoso como seu suplente Lerci Joaquim de Oliveira, estariam impossibilitados do comparecimento a reunião. Registrou, também, o recebimento de fax do Sindicato dos Trabalhadores em estabelecimentos Bancários informando a ausência à reunião do Conselheiro Anderson Luis Juliano, ainda em gozo de férias, que será substituído por seu suplente Luiz Cláudio Ferreira da Rocha. Por fim, fez a leitura de ofício da UDAM (União Distrital das Associações de Moradores) informando que a entidade, doravante, será representada no COMUTRAN pelos seguintes membros: SÉRGIO RAMOS MATTOS (Titular) e VICTOR ANTÔNIO DA COSTA (Suplente). Passando ao item 01 da pauta, pelo Presidente foi feita a leitura da ata de reunião do COMUTRAN datada de 13 de fevereiro de 2003, tendo, a mesma, sido aprovada pelos presentes, sem ressalvas. Solicitando a palavra, o Conselheiro MARCOS LEANDRO (SETRANPETRO), solicitou cópia autenticada da ata recém aprovada para que o Sindicato possa estudar medidas cabíveis em face de algumas colocações feitas e registradas contra a entidade que representa. Passando ao item 02 da pauta, o Presidente do Comutran distribuiu aos presentes a PLANILHA DE CÁLCULO TARIFÁRIO – 2003 ELABORADA PELA COMPANHIA PETROPOLITANA DE TRANSPORTES – CPT, e, antes de iniciar as discussões sobre o documento, informou que, para o desenvolvimento ordeiro dos trabalhos, os ouvintes participariam normalmente da reunião, contudo sem uso da palavra, deferida somente aos membros conselheiros. Fizeram uso da palavra em sentido contrário, ou seja, no sentido de ser dado aos ouvintes o direito ao uso da palavra os Conselheiros FABIANE AZEVEDO GUIMARÃES (APE), LUIS CLÁUDIO (SIND. DOS TRABALHADORES). O Presidente do COMUTRAN informou que o direito a palavra é dado ao conselheiro, e não aos ouvintes. Fez a leitura do artigo

18 do Regimento Interno que expressa: “ *A imprensa sempre terá acesso às reuniões, desde que credenciadas junto ao COMUTRAN previamente, e respeitada a norma de não serem formuladas perguntas ou tecidos comentários durante a reunião.*” Salientou que se a palavra é vedada a imprensa, órgão de informação pública por excelência, quanto mais ao ouvinte. Insistiu a conselheira FABIANE AZEVEDO GUIMARÃES (APE) no tema, lançando a proposta de votação, pelo COMUTRAN do uso da palavra pelos ouvintes na presente reunião. Acatada a proposta, e verificando-se, naquele horário, a presença de 20 (vinte) conselheiros, apuraram-se 09 votos a favor da participação do ouvinte com uso da palavra; 10 (dez) contra, e uma abstenção. Pedindo a palavra novamente a conselheira FABIANE AZEVEDO GUIMARÃES (APE) – pela mesma foi dito que, pela contagem, havia ocorrido uma abstenção, sem que o conselheiro que se absteve se apresentasse. Assim, disse a conselheira que via como medida transparente e democrática que a votação fosse repetida, desta vez, nominal, com o voto “SIM” ou “NÃO”. Novamente acatada a proposta, verificou-se, pelo secretário da reunião, a presença, naquele momento, de 23 conselheiros, com a chegada dos representantes Izidro Ricardo, Daniela Salvini e Annie R. De Souza. Foi feita a leitura nominal dos Conselheiros, obtendo-se o seguinte resultado: 09 votos “SIM”, ou seja, pela participação dos ouvintes com a palavra. 14 votos “NÃO”, com a participação do ouvinte sem uso da palavra. Retomada a palavra pelo Presidente do COMUTRAN, Henrique Ahrends iniciou as discussões sobre a proposta da CPT fazendo a leitura da planilha apresentada ao Conselho, fazendo detalhados comentários sobre os itens constantes no documento. Deu a palavra ao conselheiro GILMAR OLIVEIRA (CPT), Diretor Técnico, que discorreu também sobre os itens da planilha, custo variável e custo fixo, até chegar ao valor final da tarifa média de R\$1,42 (um real e quarenta e dois centavos). Fez uso da palavra o conselheiro ANDRÉ PAVANELLI para deixar registrado que não concordava com os cálculos apresentados na planilha da CPT, não contemplando a mesma, por exemplo, a retroatividade no item “lubrificantes” e, ainda, com o preço do pneu e da carroceria subestimados. Citou também na questão do pro-labore de diretoria que a CPT anteriormente adotava a relação motorista x frota e, atualmente, cobrador x frota, reduzindo pela metade a remuneração do diretor. Comentou, ainda, sobre os critérios utilizados nos itens remuneração de garagem, a seu ver, irrisórios e disse que o PIS já havia mudado, não sendo o constante na planilha. Retomou a palavra HENRIQUE AHRENDIS para comentar que os números e a metodologia para formação da planilha são ditados pelo GEIPOT, salientando que há uma proposta para que Petrópolis tenha seus próprios números, balizadores das futuras planilhas. WILSON JACINTO FERNANDES (VICE) – solicitou a palavra para sugerir que a planilha atual contemplasse as informações relativas ao último reajuste e os parâmetros do GEIPOT para verificação dos percentuais, bem como fez

ponderações sobre os temas “ demanda equivalente”, “ impacto da gratuidade”, “quilometragem operada” , “honorários de diretoria” e, segundo suas palavras, a “ilógica relação” entre a queda de demanda contra o aumento da quilometragem e da frota. Finalizou acrescentando que considera um absurdo que a linha que atende ao Conjunto Residencial do BNH do São Sebastião tenha tarifa diferenciada. Às ponderações e indagações do ilustre conselheiro da Vila Imperial, Cidadania e Ética, o Presidente do COMUTRAN Henrique Ahrends disse que as planilhas sempre trazem os parâmetros do GEIPOT e que estava com a planilha do reajuste anterior, trazida a reunião pelo Diretor Técnico da CPT. Comentou o Presidente sobre recente pesquisa realizada pela FUMPECC sobre Gratuidades no transporte público do Município que apurou um percentual de 37%. Comentou que a queda da demanda e o aumento da quilometragem e da frota tem dois lados distintos: o lado lógico, como sendo aquele em que há a necessidade de criação, ao longo dos anos, de novas linhas e de colocação de outros ônibus em determinados horários, especialmente nos horários de pico. O lado ilógico, e que deve merecer o repúdio de todos nós, é que, ao longo dos anos, foram concedidas linhas e criados novos horários de circulação sem qualquer critério, atendendo-se a pedidos eleitorais. Quanto a tarifa diferenciada praticada no Condomínio Residencial do São Sebastião, o Presidente do COMUTRAN disse que a linha que atende ao local é a Executiva, ou seja, não essencial, vez que trata-se de área particular, que não recebe o transporte público essencial. FABIANE AZEVEDO GUIMARÃES (APE) – disse que colocava sua indignação pelo que estava ocorrendo. Disse que fica indignada quando se diz que na reunião a frase “só aparecem muitas pessoas quando o assunto é aumento da passagem”. Disse que a maioria do COMUTRAN é de funcionários da CPT e empresários. Com relação ao aumento da tarifa, mencionou os atuais índices da cesta básica sobre o valor do salário mínimo. Falou sobre a relação existente entre uma concessão pública e os empresários e que, em última análise, a população tem que ser atendida. Disse que reconhece a necessidade do aumento, mas que os valores apresentados demonstram que o aumento será absurdo. Disse que a demanda vem caindo e com o aumento pretendido, esse quadro vai se agravar. Falou do tema gratuidade e enfatizou que a APE lutará para que a mesma não seja reduzida, vez que estudantes vão deixar de ir a escola. Finalizou dizendo que a gratuidade tem seu alcance social. Fez uso da palavra, em seguida, o conselheiro ANDRÉ PAVANELLI (SETRANPETRO) para lembrar a conselheira FABIANE de que não existe a discussão de redução da gratuidade, mas tão somente, de controle da mesma. FABIANE AZEVEDO (APE) – disse que controlar e reduzir é a mesma coisa, acrescentando que se as empresas tivessem no prejuízo, já teriam parado há muito tempo. WILSON FERNANDES (VICE) – disse que as empresas deveriam trazer para avaliação os seus respectivos balanços para análise da suposta penúria alegada. HENRIQUE AHRENDS, Presidente, disse que

os balanços são, por força do termo de permissão, encaminhados a CPT, havendo sigilo para terceiros, mas não ao Poder Concedente. FABIANE AZEVEDO (APE) – disse que as empresas não vão transportar sem o objetivo de lucro. Disse, mais, que os números são fáceis de manipular nessas planilhas fixadas como, por exemplo, quilômetros rodados. Disse que não acredita nos números apresentados, sugerindo auditoria pública na CPT e nas empresas com representantes de fato da população. WASHINGTON ESTANISLAU (CÂMARA DE VEREADORES) disse que havia comentado com a vereadora Renata Fadel que se calaria nesta reunião, mas não poderia deixar de comentar sobre os 5% cobrados pela CPT, a título de taxa de gerenciamento, sem custo, que deveria ser investido no transporte. Para o conselheiro, essa taxa é um absurdo. Entende o conselheiro que discutir os índices constantes na planilha, conforme suas palavras, “não leva a nada”. Disse que esse governo não resolve os problemas e só culpa as gestões passadas. Fez leitura de relação da taxa de gerenciamento em algumas cidades do Brasil, enfatizando que estão bem abaixo da cobrada pela CPT. Retomou a palavra o Presidente do COMUTRAN e, respondendo a conselheira FABIANE AZEVEDO disse que a quilometragem apontada na planilha é real e que a CPT faz auditoria anualmente, por empresa independente e externa, sofrendo, também, inspeções ordinárias do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Disse que não só isso atesta a lisura e a transparência da empresa, mas, de forma até gratificante, a CPT recebe a visita de empresários de todo o Brasil para conhecimento de seu modo de gestão do trânsito e do transporte. Salientou, no tocante às palavras do ilustre conselheiro Washington que a empresa utiliza o valor referente a taxa de gerenciamento na melhoria do trânsito e do transporte do Município, custando dinheiro recuperar a empresa deixada pelo governo passado praticamente falida, recuperando abrigos e terminais rodoviários, dentre tantos outros investimentos. Disse que o governo atual encontrou a CPT com aproximadamente R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) de dívidas, com atraso, inclusive, das contribuições previdenciárias e num empreguismo vergonhoso. Disse que a CPT foi criada com seu custeio efetuado através da taxa de gerenciamento e pela venda de fichas que, naquela época, era vantajosa com a inflação. No entanto, disse Henrique Ahrends, hoje, a taxa constitui apenas 45% da receita total da empresa. Disse que a CPT está de portas abertas para que todo o seu trabalho seja verificado. Disse que os números que levaram a CPT a tarifa média de R\$1,42 são reais, quantificados em campo, encaminhados pelas empresas e checados pela CPT, inclusive com notas fiscais, preços de mercado, levando-se em consideração índices do GEIPOT. LUIZ CLÁUDIO FERREIRA DA ROCHA (SIND. TRABALHADORES) disse que os trabalhadores são contra o reajuste porque não foram procurados e a planilha é complicada e deveria ser melhor analisada. Disse, também, que em seu entendimento, a pauta não é para que hoje seja aprovada a nova tarifa, mas, tão

somente, para apresentação e discussão da proposta da CPT. RENATA FADEL (CÂMARA DE VEREADORES) – inicialmente pediu desculpas aos conselheiros pela maneira exaltada com que se portou na última reunião. Pediu desculpas ao Presidente do COMUTRAN, Henrique Ahrends, salientando que reconhece quando se exalta e, assim, reconhece que discutiu com o mesmo de forma exaltada. Em seguida, disse a conselheira que nunca se arrecadou tanto nesse governo, principalmente nas multas, mencionando que seu marido possui uma loja ao lado da Farmácia Brasil e já recebeu 22 multas, mesmo com placa permitindo a descarga de materiais. Comentou sobre a participação dos estudantes na reunião, elogiando a postura dos mesmos em reivindicar seus direitos. Disse que não tem nada contra os empresários, mas disse que o reajuste é responsabilidade do Poder Público. Disse que o reajuste vai reduzir o número de passageiros porque vai gerar, obviamente, desemprego. Comentou que em seu entendimento a taxa de gerenciamento pode ser reduzida e que é muito bom que o assunto de inaugurações de linhas eleitoreiras esteja sendo mencionado porque estamos entrando em período eleitoral. Salientou que concorda com o representante do Sindicato dos Trabalhadores quanto a não votação da nova tarifa hoje porque a pauta assim não define e, também, porque estamos no período pré-carnavalesco e o governo poderia aproveitar o momento para que não fosse percebido o reajuste. Comentou, ainda, que respeita a decisão dos ouvintes não usarem da palavra porque verificou votação regular, mas achou um absurdo. Citou, por fim, que lhe preocupa também o fato da obra da Rodoviária estar três meses atrasada, prejudicando a todos de uma maneira geral e que os vereadores da situação devem assumir o ônus do aumento da tarifa. WASHINGTON ESTANISLAU (CÂMARA DE VEREADORES) Disse que não viu o governo cedendo até agora e que o ISS sobre as empresas é um absurdo. Retomou a palavra o Presidente do COMUTRAN, Henrique Ahrends desculpando-se com a conselheira RENATA FADEL pelos excessos da última reunião, enfatizando o respeito e a admiração por seu saudoso pai, o ex-Prefeito Sérgio Fadel. Disse que os números apresentados são reais e que novas discussões tendem mesmo a piorá-los, face ao iminente aumento dos insumos. Disse que os números apresentados pela CPT são reais. Disse que é importante a participação das reuniões durante o ano, salientando que não há indústria de multa na CPT. Esclareceu a vereadora Renata Fadel que o veículo de passeio não pode parar no local de carga e descarga, mesmo contendo materiais. Salientou o Presidente que, no tocante ao ISS, é de conhecimento geral a necessidade de receita substitutiva para qualquer alteração de imposto. Disse que é regra da Lei de Responsabilidade Fiscal. Comentou sobre os trabalhos atualmente desenvolvidos pela CPT e que, em função disso, precisa de propostas concretas para não pôr em risco todo o trabalho desenvolvido. Fizeram uso da palavra sobre os trabalhos da CPT os seguintes conselheiros WASHINGTON ESTANISLAU,

RENATA FADEL, LUIZ CLÁUDIO FERREIRA, JOSÉ JORGE e MARCOS LEANDRO. Este último, solicitou constar em ata que as empresas de transporte coletivo são obrigadas por força do termo de permissão, a colocarem os ônibus nas ruas de Petrópolis. Disse que estão todos os conselheiros do COMUTRAN convidados a visitarem as empresas para consulta aos respectivos balanços patrimoniais das permissionárias. WILSON FERNANDES (VICE) manifestando-se quanto a formulação do item 02 da pauta, disse que entendia tratar-se a reunião de hoje como tão somente para apresentação e discussão da proposta preliminar da CPT. Nada mais. O Presidente do COMUTRAN, Henrique Ahrends, disse que, na presente reunião, havia quorum para votação do valor da nova tarifa, e sabendo que os números apresentados são reais e, ao mesmo tempo, sensíveis a alterações que possam trazer mais prejuízos a sociedade, levando em consideração a responsabilidade assumida pelo Poder Público com os Sindicatos dos Trabalhadores e Empresários de Transporte Coletivo de Passageiros, como participe das discussões do dissídio da categoria, assumindo tal responsabilidade, colocava em votação, aberta e nominal, o valor apresentado pela CPT para vigorar como tarifa do transporte regular de passageiros de R\$1,42, com tendência de arredondamento para R\$1,40 (um real e quarenta centavos). Foi verificada a presença de 20 (vinte) conselheiros, e a seguinte votação: WILSON, RENATA FADEL, LUIZ CLÁUDIO e FABIANE – contra, tendo em vista que a pauta não convoca para votação; WASHINGTON – contra porque o aumento não condiz com a realidade petropolitana; JÚLIO SÉRGIO – contra. MARCOS LEANDRO, ANDRÉ PAVANELLI, OSMAR BURGER, DANIELA, DEMETRIUS e IZIDRO RICARDO – contra porque o valor encontra-se baixo. RICARDO DUTRA FREITAS – a favor, porque o reajuste beneficiará a classe trabalhadora dos rodoviários. RICARDO RETAMAL, AGUINALDO DE MELLO JUNIOR, GILMAR SILVA DE OLIVEIRA E ROBSON CARDINELLI – a favor por acreditar nos números apresentados na planilha da CPT. SÉRGIO RAMOS MATTOS, SANDRO LARA e MARIA CECÍLIA – abstiveram-se. Pelo Presidente do COMUTRAN foi dito que faria o encaminhamento ao excelentíssimo senhor Prefeito Municipal do resultado das discussões realizadas na reunião. Nada foi deliberado em assuntos gerais. Nada mais havendo, encerrou-se a presente que segue assinada pelo secretário e, após a leitura e aprovação de seu conteúdo na próxima reunião, será lavrada no livro próprio.

AGUINALDO AUGUSTO DE MELLO JUNIOR
SECRETÁRIO DESIGNADO

HENRIQUE LUIZ GOMES AHRENDTS
PRESIDENTE DO COMUTRAN

